



# **FUNDAMENTOS DA GESTÃO DA LOGÍSTICA PÚBLICA E TEORIA GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DA LOGÍSTICA PÚBLICA**

**2014**



Ministério do  
Planejamento, Orçamento  
e Gestão



# LICITAÇÃO: CONCEITO E FINALIDADES

A licitação é

- ◆ um **procedimento administrativo** que antecede a realização de um ato ou contrato administrativo;
- ◆ em que a Administração Pública convoca empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços;
- ◆ por meio de **condições vinculantes pré-estabelecidas** em ato próprio (edital ou convite) e com **critérios objetivos**;
- ◆ em um ambiente de **competitividade, moralidade e de igual oportunidade** para os licitantes que preencham os requisitos necessários ao bom cumprimento das obrigações assumidas;
- ◆ a fim de selecionar a **proposta mais vantajosa** para o contrato ou ato de seu interesse.

**A partir desses elementos, é possível inferir as finalidades da licitação?**

# PRINCÍPIOS GERAIS DA LICITAÇÃO

São princípios jurídicos gerais da licitação:

- ◆ **Legalidade**: a Administração somente pode fazer o que a lei autoriza, em um procedimento que respeite o devido processo legal, sob pena de nulidade do ato ilegal e de responsabilização do seu autor.
- ◆ **Impessoalidade**: as condutas administrativas devem pautar-se pela objetividade (sem tratamentos privilegiados).
- ◆ **Publicidade**: a publicidade dos atos administrativos e a regra, sendo o sigilo apenas admitido nos casos expressamente previstos na legislação.
- ◆ **Isonomia**: visa a assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes e, em última instância, a competitividade no procedimento licitatório.

**Em que medida as especificações do bem ou serviço podem frustrar a isonomia e a competitividade da licitação?**

# PRINCÍPIOS GERAIS DA LICITAÇÃO

- ◆ **Moralidade**: ainda que não haja efetiva lesão patrimonial, o procedimento licitatório não pode ofender a moral, a ética, os bons costumes, os princípios de justiça e a ideia comum de honestidade.
- ◆ **Eficiência**: impõe que as necessidades sociais sejam satisfeitas ao máximo, porém com o menor gasto possível.
- ◆ **Ampla defesa e contraditório**: deve-se conceder aos interessados na licitação os direitos de: manifestar-se, a fim de produzir provas e trazer ao procedimento os seus argumentos fáticos e jurídicos; e de ver os seus argumentos considerados pela autoridade julgadora.

**A revogação ou a anulação de atos do certame licitatório sem a explicitação dos seus motivos e sem a concessão da ampla defesa aos interessados podem gerar a nulidade de tais atos?**

# PRINCÍPIOS GERAIS DA LICITAÇÃO

- ◆ **Finalidade pública:** o administrador somente pode agir para realizar o fim público, que é aquele descrito na lei, sob pena de desvio de finalidade.
- ◆ **Interesse público:** a finalidade da lei sempre será a satisfação do interesse público, entendido este como o primário (de toda a sociedade), e não o secundário (específico das entidades estatais na condição de pessoas jurídicas).
- ◆ **Motivação:** exige que todos os atos administrativos, vinculados e discricionários, sejam motivados de forma prévia ou concomitante à sua expedição, sob pena de nulidade no caso de atos sem motivação ou com motivação insuficiente.

# PRINCÍPIOS GERAIS DA LICITAÇÃO

◆ **Razoabilidade/proporcionalidade**: a razoabilidade limita a discricionariedade administrativa e exige a atuação dentro de parâmetros aceitáveis e razoáveis, de acordo com o bom senso de um homem médio. Já o princípio da proporcionalidade configura a ideia de ponderação entre o estabelecimento de restrições pelo Estado e a gravidade da conduta do particular. Para que um ato administrativo atenda ao princípio da proporcionalidade, ele deve ser:

- a) **adequado**, ou seja, apto e eficaz aos fins a que se propõe;
- b) **necessário**, indispensável, devendo ser escolhido o meio menos gravoso para se atingir a finalidade pública; e
- c) **proporcional em sentido estrito**, pois as vantagens resultantes da prática do ato devem superar as suas desvantagens, não podendo haver excesso na restrição da atividade do particular pelo Estado (não se devem abater pardais com canhões!).

# PRINCÍPIOS GERAIS DA LICITAÇÃO

São exemplos da adoção do princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade nas licitações:

a) a vedação de que o formalismo do procedimento leve à desclassificação de propostas com simples omissões ou defeitos irrelevantes (vide a decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança nº 5.418/DF);

b) a proibição do estabelecimento, no instrumento convocatório, de critérios de julgamento desproporcionais em relação às necessidades públicas a serem satisfeitas durante a execução do contrato (vide o Acórdão nº 165/2009 do TCU).

◆ **Segurança jurídica:** pretende evitar, no âmbito da Administração Pública, a aplicação retroativa de novas interpretações da lei a situações ocorridas na vigência de interpretações anteriores.



# PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DA LICITAÇÃO

São princípios específicos da licitação:

- ◆ **Probidade administrativa:** relaciona-se com o princípio da moralidade e a sua não observância pode configurar ato de improbidade administrativa, previsto na Lei Federal nº 8.429/92.
- ◆ **Julgamento objetivo:** propõe que o julgamento da licitação ocorra segundo critérios objetivos, daí a necessidade que o ato de convocação indique de forma clara e precisa o critério objetivo a ser adotado no julgamento das propostas, e os fatores de avaliação.
- ◆ **Vinculação ao instrumento convocatório:** a licitação deve observar as regras estabelecidas no instrumento convocatório, tendo em vista que o edital é a “lei da licitação”.

**E se o edital for divulgado com erro?**



# PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DA LICITAÇÃO

- ◆ **Adjudicação compulsória:** uma vez atendidas as exigências do edital, o licitante que oferecer a melhor proposta tem direito subjetivo a não ser preterido na celebração do contrato. A administração pode até não celebrar o contrato, se demonstrar razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente. Mas, se o celebrar, é obrigada a fazê-lo com o vencedor da licitação.
- ◆ **Supremacia do interesse público:** reflete a superioridade do interesse público (primário) em face do particular.
- ◆ **Indisponibilidade do interesse público:** os interesses públicos qualificados como próprios da coletividade não são apropriáveis por qualquer particular, nem pelos operadores do Estado.
- ◆ **Competitividade:** a licitação deve ser conduzida de modo a favorecer a competitividade dos licitantes. Deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público que restrinja a competição.

# A LICITAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios** de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de **licitação pública** que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as **condições efetivas da proposta**, nos termos da lei, o qual somente permitirá as **exigências** de qualificação técnica e econômica **indispensáveis** à garantia do cumprimento das obrigações.

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 (REGULAMENTO DO ART. 37, XXI, CF/88)

Art. 1º Esta Lei estabelece **normas gerais** sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos **Poderes** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

*Parágrafo único.* Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as **empresas públicas**, as **sociedades de economia mista** e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Qual o limite das leis estaduais e municipais em matéria de licitação?**

**Quem não está subordinado à Lei 8.666/93? Em quais situações ela não se aplica?**

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – OBRIGAÇÃO DE LICITAR

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de **publicidade**, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão **necessariamente** precedidas de licitação, **ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei**.

*Parágrafo único.* Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um **acordo de vontades** para a formação de vínculo e a estipulação de **obrigações recíprocas**, seja qual for a denominação utilizada.

**Há licitação para a contratação de servidor público?**

## LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONTRATAÇÃO DIRETA

No plano conceitual, há contratação direta quando o procedimento licitatório é impossível ou não viabiliza a contratação mais vantajosa frente aos objetivos do Estado e da sociedade. Requer procedimento administrativo que comprove de modo fundamentado a condição (art. 26). Há três hipóteses de contratação direta:

- ◆ **licitação dispensada**, em que a Lei não permite licitar, pois eventual licitação seria desnecessária ou antieconômica (art. 17);
- ◆ **licitação dispensável**, em que é possível licitar, mas a Lei autoriza a sua dispensa (art. 24);
- ◆ **licitação inexigível**, quando não há viabilidade de competição (art. 25).

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 24. É **dispensável** a licitação:

(Incisos I e II, regra geral de valor)

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 24. É **dispensável** a licitação:

[...]

(Demais incisos, situações extraordinárias, sujeitos ou temas específicos)

Guerra ou grave perturbação da ordem, **emergência ou calamidade pública**, licitação vazia, intervenção no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento; preço manifestamente superior aos praticados no mercado; fornecimento estatal; segurança nacional; **compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração; remanescente de obra ou serviço; gêneros perecíveis**, obras de arte, etc.



# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 25. É **inexigível** a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para **aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de **serviços técnicos** enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONTRATAÇÃO DIRETA

Art. 25. É **inexigível** a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

III - para contratação de **profissional de qualquer setor artístico**, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**Responsabilização do servidor e do particular por contratação direta indevida:**

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, **se comprovado superfaturamento**, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

É muito frequente a inexigibilidade de licitação para serviços técnicos, por força da previsão contida no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços **técnicos profissionais especializados** os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

[...]

# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Art. 13. [...]

§ 1º **Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação**, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, **preferencialmente**, ser celebrados mediante a realização de **concurso**, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

[...]

§ 3º A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem **pessoal e diretamente** os serviços objeto do contrato.

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – NATUREZA INSTRUMENTAL

A licitação possui caráter instrumental e destina-se ao alcance de fins determinados, nos seguintes termos:

Art. 3º A licitação **destina-se** a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da **proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do **desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**O que se deve entender por proposta mais vantajosa?**

**Menção à sustentabilidade inserida em 2010 pela Lei nº 12.349.**

# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – LICITAÇÃO É PROCEDIMENTAL

Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm **direito público subjetivo** à fiel observância do pertinente **procedimento** estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão **acompanhar o seu desenvolvimento**, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

**É válida a cláusula que condiciona a participação à aceitação prévia dos atos praticados pela Administração no certame?**

# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – VEDAÇÕES AOS AGENTES PÚBLICOS

As vedações aos agentes públicos em matéria de licitação relacionam-se com os princípios da competitividade e da isonomia:

Art. 3º [...]

§ 1º É **vedado aos agentes públicos**:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e **estabeleçam preferências ou distinções** em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;



# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – VEDAÇÕES AOS AGENTES PÚBLICOS

As vedações aos agentes públicos em matéria de licitação relacionam-se com os princípios da competitividade e da isonomia:

Art. 3º [...]

§ 1º É **vedado aos agentes públicos**:

[...]

II - estabelecer **tratamento diferenciado** de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, **entre empresas brasileiras e estrangeiras**, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PREFERÊNCIA NACIONAL

Art. 3º [...]

§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada **preferência**, sucessivamente, aos bens e serviços:

I – (revogado)

II - produzidos no País;

III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

IV - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**Não confundir a preferência nacional em caso de empate, que está presente desde a origem na Lei de Licitações, com a margem de preferência inserida pela Lei nº12.349/2010.**

**Quais as hipóteses de preferência previstas em outras leis?**

# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PREFERÊNCIA NACIONAL

Art. 3º [...]

§ 5º Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido **margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais** que atendam a normas técnicas brasileiras.

[...]

§ 7º Para os produtos manufaturados e serviços nacionais **resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País**, poderá ser estabelecido **margem de preferência adicional** àquela prevista no § 5º.

§ 8º As margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços, a que se referem os §§ 5º e 7º, serão definidas pelo Poder Executivo federal, **não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço** dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – DISCIPLINA FINANCEIRA

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, **para cada fonte diferenciada de recursos**, a estrita **ordem cronológica** das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada. (...)

**Rubricas orçamentárias distintas constituem necessariamente fontes diferenciadas de recursos?**

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONCEITOS

O artigo 6º da Lei nº 8.666/93 traz definições que esclarecem as acepções dos termos utilizados na norma. Tais definições são bastante incompletas e controversas, sendo as principais:

I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais;

**Serviços de engenharia são enquadrados como obra ou como serviço?**

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONCEITOS

VII - Execução direta - a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios;

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

c) (Vetado).

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONCEITOS

VIII - Execução indireta - a que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

[...]

d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para **pequenos trabalhos** por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;

e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo **todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias**, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;

**A empreitada integral pode ser também uma empreitada por preço global ou unitário?**



## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – CONCEITOS

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a **viabilidade técnica** e o adequado tratamento do **impacto ambiental** do empreendimento, e que possibilite a avaliação do **custo da obra** e a definição dos métodos e do **prazo de execução**, devendo conter os seguintes elementos:

[...]

f) **orçamento detalhado** do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

X - Projeto Executivo - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à **execução completa** da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – OBRAS E SERVIÇOS

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

- I - projeto básico;
- II - projeto executivo;
- III - execução das obras e serviços.
- [...]

§ 2º As obras e os serviços **somente poderão ser licitados** quando:

- I - houver **projeto básico** aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

## A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – OBRAS E SERVIÇOS

[...]

II - existir **orçamento detalhado em planilhas** que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III - houver previsão de **recursos orçamentários** que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas **metas estabelecidas no Plano Plurianual** de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

**A planilha é elemento formal obrigatório.**

**A licitação para sistema de registro de preços não requer previsão de recursos orçamentários.**

# A LEI FEDERAL nº 8.666/93 – OBRAS E SERVIÇOS – IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

Art. 9º Não poderá participar, **direta ou indiretamente**, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

[...]

**O impedimento alcança os membros da comissão de licitação.**

**A participação dos impedidos seria um risco a qual princípio?**

## LEI FEDERAL nº 8.666/93 – COMPRAS

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

- I - atender ao **princípio da padronização**, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;
- II - ser processadas através de **sistema de registro de preços**;
- III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
- IV - ser subdivididas em tantas **parcelas** quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;
- V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

**A indicação da marca é admissível para fins de padronização?**

**Pode a Administração pagar antecipadamente?**

**Quais são os dois elementos balizadores do parcelamento?**

**O que é um “carona”?**



Ministério do  
Planejamento, Orçamento  
e Gestão



# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – COMPRAS – REGISTRO DE PREÇOS

Art. 15. (...)

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla **pesquisa de mercado**.

§ 2º Os preços registrados serão publicados **trimestralmente** para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as **peculiaridades regionais**, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante **concorrência**;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

**Decreto nº 7.892/2013 – Regulamenta o SRP**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCESSO LICITATÓRIO – REQUISITOS GERAIS DE PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

Art. 20. As licitações serão efetuadas **no local onde se situar a repartição interessada**, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impedirá a habilitação de interessados residentes ou sediados em outros locais.

Art. 21. Os **avisos** contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, **deverão ser publicados** com antecedência, **no mínimo**, por **uma vez**:

I - **no Diário Oficial da União**, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;

[...]



# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCESSO LICITATÓRIO – REQUISITOS GERAIS DE PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

[...]

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

III - em jornal **diário** de grande circulação **no Estado e também**, se houver, em jornal de circulação **no Município ou na região** onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o **texto integral do edital** e todas as informações sobre a licitação.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – REQUISITOS GERAIS DE PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

I - quarenta e cinco dias para:

a) **concurso**;

b) **concorrência**, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

II - trinta dias para:

a) **concorrência**, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior;

b) **tomada de preços**, quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";

[...]

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – REQUISITOS GERAIS DE PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

[...]

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou **leilão**;

IV - cinco dias úteis para **convite**.

§ 3º [...]

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, **inquestionavelmente**, a alteração não afetar a formulação das propostas.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Art. 22. São modalidades de licitação:

**Modalidades Comuns:** (utilizáveis para qualquer tipo de contratação)

I - concorrência;

II - tomada de preços;

III - convite;

**Modalidades Especiais:** (utilizáveis para contratações peculiares)

IV - concurso; (trabalho técnico e científico)

V - leilão. (alienações)

**Pregão** – Modalidade criada em outra norma (Lei nº10.520/02) para a aquisição de bens e serviços comuns.

**Regime Diferenciado de Contratações** - RDC – cria nova modalidade na Lei nº12.462/11 para a execução de programas e projetos específicos.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Art. 22. São modalidades de licitação:

[...]

§ 1º **Concorrência** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

**Características em relação à tomada de preços e ao convite:**

- **Envolve valores maiores.**
- **Maior prazo entre a divulgação do aviso e a data de comparecimento dos interessados.**
- **Fase de habilitação específica.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Art. 22. São modalidades de licitação:

[...]

§ 2º **Tomada de preços** é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou **que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, observada a necessária qualificação.

**Características em relação à concorrência e ao convite:**

- **Envolve valores médios.**
- **Médio prazo entre a divulgação do aviso e a data de comparecimento dos interessados.**
- **Não haveria, em tese, fase específica de habilitação, pois só são cadastrados os interessados habilitados.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Art. 22. [...] § 3º **Convite** é a modalidade de licitação entre interessados do **ramo pertinente** ao seu objeto, cadastrados **ou não**, escolhidos e convidados em **número mínimo de 3 (três)** pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 6º Na hipótese do § 3º deste artigo, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações.

## **Características em relação à concorrência e à tomada de preços:**

- **Envolve valores menores. Prazo diminuto entre a divulgação do aviso e a data de comparecimento dos interessados.**
- **Não haveria, em tese, fase específica de habilitação, pois só são cadastrados os interessados habilitados.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Art. 22. São modalidades de licitação:

[...]

§ 4º **Concurso** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

## **Características especiais:**

- **O valor é fixo (prêmio), não correspondendo à atribuição de valor ao produto.**
- **A execução é anterior à sua realização.**
- **Por vezes é inevitável a adoção de critérios subjetivos, mas os critérios devem ser previamente estabelecidos.**



# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Art. 22. São modalidades de licitação:

[...]

§ 5º **Leilão** é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou **penhorados**, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

## Características especiais :

- Possibilidade de múltiplas propostas por um único interessado.
- Único critério é o maior lance.

# LEI FEDERAL nº 10.520/02 – PREGÃO – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 1º Para **aquisição de bens e serviços comuns**, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços **comuns**, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2º [...]

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de **tecnologia da informação**, nos termos de regulamentação específica.

## **Características :**

- **Se aplica a qualquer faixa de valor. Como os bens tem padrões de desempenho objetivamente definidos, vence quem oferta o menor preço.**
- **Comporta proposta prévia, lances e negociação direta com o pregoeiro.**
- **A habilitação se dá após a fase de apreciação das propostas, com análise da documentação apenas do melhor classificado no pregão.**

# LEI FEDERAL nº 12.462/11 – RDC – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 1º É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:

I - dos **Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016**, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica (APO); e

II - da **Copa das Confederações** da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, definidos pelo Grupo Executivo - Gecopa 2014 do Comitê Gestor instituído para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 - CGCOPA 2014, restringindo-se, no caso de obras públicas, às constantes da matriz de responsabilidades celebrada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

# LEI FEDERAL nº 12.462/11 – RDC – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

[...]

III - de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais referidos nos incisos I e II.

IV - das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

V - das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

“VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo.”

“§ 3º Além das hipóteses previstas no caput, o RDC também é aplicável às licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino

# LEI FEDERAL nº 12.462/11 – RDC – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

São considerados avanços do RDC:

- O estímulo à **informatização do processo licitatório**, com vistas a acelerar os procedimentos e torná-los mais transparentes.
- A criação do **regime de contratação integrada**, no qual o contratado assume a execução de todas as etapas da obra, bem como todos os riscos associados. A obra deve ser entregue à administração, no prazo e pelo preço contratados, em condições de operação imediata, vedado qualquer aditivo por falha na elaboração dos projetos e nas etapas de execução.
- A possibilidade de utilização de **remuneração variável**, instituindo prêmios e sanções pecuniárias para o contratado, conforme o grau de atendimento das condições estabelecidas no edital, como prazos, qualidade do serviço ou obra etc.
- A **inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento** como regra geral, diminuindo a burocracia e reduzindo o custo para os participantes.

## LEI FEDERAL nº 12.462/11 – RDC – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- A combinação de **diferentes etapas de disputa** entre os participantes, abertas ou fechadas, estimulando a concorrência e aumentando os ganhos da administração.
- A **não divulgação do orçamento estimado** para os participantes durante a licitação, buscando evitar conluíus e outras práticas anti-concorrenciais.
- A instituição de **fase recursal única**, economizando tempo e reduzindo as possibilidades de manobras protelatórias por parte dos participantes da licitação.
- A instituição da **pré-qualificação permanente** e do **sistema de registro de preços de obras e serviços**, dando celeridade ao processo e diminuindo os riscos da contratação.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – MODALIDADES DE LICITAÇÃO – FAIXAS DE VALOR

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão **determinadas** em função dos seguintes limites, tendo em vista o **valor estimado da contratação**:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – MODALIDADES DE LICITAÇÃO – PARCELAMENTO x FRACIONAMENTO

Art. 23. [...]

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

§ 2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

[...]



# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – MODALIDADES DE LICITAÇÃO – PARCELAMENTO x FRACIONAMENTO

Art. 23. [...]

§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

**O parcelamento é obrigatório quando:**

- **Possibilitar maior número de participantes no certame (concorrência – eficiência).**
- **Não afetar a integralidade do objeto ou descaracterizá-lo (viabilidade técnica).**
- **Não afetar a economia de escala e as sinergias de execução (viabilidade econômica).**

**É vedado promover a divisão do objeto do contrato com o intuito de utilizar modalidade de licitação procedimentalmente mais simples em razão da consequente redução do valor estimado da contratação.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – MODALIDADES DE LICITAÇÃO – REGRAS ESPECÍFICAS

Art. 23.

[...]

§ 3º **A concorrência** é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto **na compra ou alienação de bens imóveis**, ressalvado o disposto no art. 19, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.

§ 4º **Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – MODALIDADES DE LICITAÇÃO – REGRAS ESPECÍFICAS

Art. 23. [...]

§ 5º É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da **mesma natureza e no mesmo local** que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

**É vedado fracionar para fugir da modalidade correta e mais complexa, apesar de ser possível contratar mais de um proponente para trabalhar concomitantemente no mesmo objeto, utilizando a modalidade correspondente à soma dos valores.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão **juntados oportunamente**:

- I - edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- II - comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;
- III - ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;
- IV - original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- V - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
- VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, **dispensa ou inexigibilidade**;

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Art. 38. [...]

VII - atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

VIII - recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

IX - despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

X - termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

XI - outros comprovantes de publicações;

XII - demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser **previamente** examinadas e **aprovadas** por **assessoria jurídica da Administração**.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – FASE EXTERNA - Habilitação

**Habilitação – Comprovação da idoneidade dos interessados, que é condição geral de participação da licitação.**

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal e trabalhista; (Nova exigência – 2011)

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Edital

**Edital (ou convite) – documento de divulgação pública da licitação que convida à participação os interessados e declara suas regras fundamentais.**

Art. 40. **O edital conterá** no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, **a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação**, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, **obrigatoriamente, o seguinte**:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Edital

Art. 40 [...]

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - **se há projeto executivo** disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - **critério para julgamento**, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;



# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Edital

Art. 40. [...] **(parte financeira)**

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - **o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global**, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI - **critério de reajuste**, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XII - (Vetado).

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Edital

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - **condições de pagamento**, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) **cronograma de desembolso** máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Edital – Anexos Obrigatórios – Vinculação da Administração

Art. 40. [...]

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o **projeto básico e/ou executivo**, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - **orçamento estimado em planilhas** de quantitativos e preços unitários; III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

Art. 41. A **Administração** não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha **estritamente vinculada**.

§ 1º **Qualquer cidadão** é parte legítima para **impugnar edital de licitação** por irregularidade na aplicação desta Lei.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Julgamento

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - **abertura dos envelopes** contendo a documentação relativa à **habilitação** dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - **abertura dos envelopes** contendo as **propostas dos concorrentes habilitados**, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Julgamento

Art. 43. [...]

IV - verificação da **conformidade** de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e **classificação das propostas** de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI - deliberação da **autoridade competente** quanto à **homologação e adjudicação** do objeto da licitação.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Julgamento – Tipo de Licitação

Art. 45. O julgamento das propostas será **objetivo**, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem **tipos de licitação**, exceto na modalidade concurso:

I - a de **menor preço** - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;

II - a de **melhor técnica**;

III - a de **técnica e preço**.

IV - a de **maior lance ou oferta** - nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - FASE EXTERNA – Julgamento – Tipo de Licitação

Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados **exclusivamente** para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior.

§ 1º Nas licitações do tipo "**melhor técnica**" será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

(...)

**A regra é o tipo “menor preço” e a objetivação dos critérios de julgamento das propostas.**

## LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos

Art. 55. São **cláusulas necessárias** em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o **objeto** e seus elementos característicos;
- II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;
- III - o **preço e as condições de pagamento**, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os **prazos** de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - **os direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os **casos de rescisão**;



## LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos

Art. 55. São **cláusulas necessárias** em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - **a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos – Prerrogativas da Administração

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - **modificá-los, unilateralmente**, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - **rescindi-los, unilateralmente**, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - **fiscalizar-lhes** a execução;

IV - **aplicar sanções** motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As **cláusulas econômico-financeiras** e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as **cláusulas econômico-financeiras do contrato** deverão ser revistas para que se mantenha o **equilíbrio** contratual.

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos – Alterações do Contrato

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente **pela Administração**:

a) quando houver **modificação do projeto ou das especificações**, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária **a modificação do valor contratual** em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos – Alterações do Contrato

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)

II - por **acordo** das partes:

- a) quando conveniente a **substituição da garantia** de execução;
- b) quando necessária a **modificação do regime de execução da obra ou serviço**, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a **modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes**, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) **para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.**

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos – Hipóteses de Rescisão do Contrato

Art. 77. A **inexecução total ou parcial** do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem **motivo** para rescisão do contrato: **(Parte do Contratado)**

I - o **não cumprimento de cláusulas contratuais**, especificações, projetos ou prazos;

II - o **cumprimento irregular de cláusulas contratuais**, especificações, projetos e prazos;

III - **a lentidão do seu cumprimento**, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o **atraso** injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

[...]

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos – Hipóteses de Rescisão do Contrato

Art. 78. Constituem **motivo** para rescisão do contrato: **(Parte do Contratado)**

[...]

VI - a **subcontratação** total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

IX - a decretação de **falência** ou a instauração de insolvência civil;

X - a **dissolução** da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

[...]

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos – Hipóteses de Rescisão do Contrato

Art. 78. Constituem **motivo** para rescisão do contrato: **(Parte da Administração)**

[...]

XII - razões de **interesse público, de alta relevância** e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando **modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido** no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIV - **a suspensão de sua execução**, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

[...]

# LEI FEDERAL nº 8.666/93 – Contratos Administrativos – Hipóteses de Rescisão do Contrato

Art. 78. Constituem **motivo** para rescisão do contrato: **(Parte da Administração)**

[...]

XV - **o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos** devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - **a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra**, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de **caso fortuito ou de força maior**, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.